



Leading Innovation in  
ICT and Electronics

# Relatório e Contas 2022



Aprovado na Assembleia Geral de 18 de abril  
de 2023.



# Índice

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b> .....	4
.....	4
.....	7
<b>VISÃO INSTITUCIONAL</b> .....	7
.....	7
<b>INOV</b> .....	8
<b>INOV EM 2022</b> .....	11
<b>Indicadores</b> .....	12
<b>Recursos Humanos</b> .....	13
<b>ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b> .....	15
<b>Desempenho Económico e Financeiro</b> .....	16
.....	16
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b> .....	19
.....	21
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	21
<b>Mapas das Demonstrações Financeiras</b> .....	22
<b>Anexos às demonstrações financeiras</b> .....	26
<b>RELATÓRIOS DE AUDITORIA</b> .....	44
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b> .....	45
<b>Certificação Legal de Contas</b> .....	46
<b>Relatório de Auditoria</b> .....	47

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Os acontecimentos excepcionais com impacto global significativo nos diversos vetores de atividade humana aparentam ter vindo para ficar. Em 2022 foi a eclosão da guerra na Ucrânia no final de fevereiro, que alterou drasticamente o enquadramento macroeconómico, nomeadamente pela elevada incerteza que trouxe aos agentes económicos, pelo agravamento das restrições nas cadeias de produção globais e pelo aumento significativo dos preços dos bens energéticos e alimentares. Em simultâneo verificou-se um agravamento das pressões inflacionistas.

Neste contexto, o grau de incerteza quanto à evolução da economia mundial mantém-se elevado: depois de uma recuperação após a crise pandémica, sucedeu-lhe uma forte desaceleração a partir do segundo trimestre de 2022. Em relação a Portugal, o crescimento previsto é modesto para os próximos anos, enquanto se espera que a inflação reduza significativamente dos 8,1% que atingiu em 2022.

No INOV estamos atentos a estes factos e tendências e procuramos continuar a projetar a instituição e a escolher as apostas por forma a garantir a sustentabilidade interna e externa.

Em 2022 podemos destacar alguns temas nacionais e europeus que estão já a ter forte repercussão na atividade do INOV e que a condicionarão nos próximos 3 a 4 anos.

O Plano de Recuperação e Resiliência avançou, com resultados de candidaturas, assinaturas de protocolos e contratos, estando no momento em que escrevemos este texto a iniciar os primeiros passos de execução segundo um modelo próprio (a possível retroatividade a 1 de janeiro de 2022 levou a arranques ad hoc de projetos que ainda aguardam assinatura de contrato, adiantamentos, até há poucos dias regras de acompanhamento, ...). O INOV está diretamente envolvido em 3 agendas.

O novo programa de apoio às infraestruturas tecnológicas nacionais (agora conhecidas como CTI – Centros de Tecnologia e Inovação) está a arrancar, com algum atraso e ainda sem regras base conhecidas (mas já se sabe que o conceito de *lump sum* do anterior CIT não prossegue caminho para o CTI: agora será um projeto PRR). O INOV viu a sua candidatura aprovada e expectavelmente iniciaremos a execução em abril do corrente ano, por 36 meses (apresentámos uma argumentação com pedido de correção da classificação obtida, mas o impacto esperado não alterará substancialmente os pressupostos do projeto). É verdade que ainda pairam algumas nuvens negras sobre as condições que nos foram colocadas, nomeadamente na composição associativa. Acreditamos que a interação com a ANI, ao longo da execução do projeto, permitirá atingir uma solução mutuamente aceitável e que traga estabilidade a estes processos.

O novo programa quadro nacional de aplicação dos Fundos Europeus para o período 2021-2027 atrasou e com ele a nossa ligação a PMEs: como o investimento das empresas em Portugal ainda é muito dirigido pelas políticas lançadas por



estes fundos, todos aguardam a publicação de pedidos de proposta. É verdade que o PRR permitiu “distrain” algumas centenas de empresas, mas a tipologia de ações do PRR e do novo P2030 é muito diferente, com clara vantagem de foco e resultados de inovação para o P2030 (admitindo que se tratará de algo em linha com o P2020).

A execução dos projetos CICLOPE mantem um bom ritmo de trabalhos e no fim de 2022 o sistema é uma ferramenta de referência nacional na deteção de eventos de proteção civil e no apoio à decisão do ataque aos mesmos, permitindo à GNR e à ANEPC realizar estas suas tarefas com forte apoio digital e resultados reconhecidamente eficazes e eficientes. Para lá da natural evolução tecnológica, novas etapas se devem projetar para este projeto, sendo a internacionalização um bom objetivo.

Na Europa mantemos uma trajetória marcante de propostas e resultados: em 2022 tivemos 24 projetos em curso e submetemos 30 propostas ao Horizonte Europa e *European Defence Fund*. Mais do que apresentarmos uma elevada taxa de aprovação comparativa, quer nacional quer europeia, as nossas redes de parcerias europeias são uma mais valia relevantíssima para a prossecução desta vertente de internacionalização do INOV, colocando-nos em diversas agendas europeias de forma natural.

Na tipologia de projetos EDIH (*European Digital Innovation Hubs*) acreditamos que a candidatura que apresentámos em estreita colaboração com o INESC ID, que recebeu selo de excelência, terá oportunidade de financiamento tal como anunciado pelas

estruturas técnicas e políticas, demonstrando não só as nossas capacidades nesta nova forma de aproximação ao mercado mas também o que se pode conseguir com a aposta no INESC Lisboa. A cooperação dos 3 institutos com sede em Lisboa (ID, MN e INOV) tem tudo o que é preciso para criar uma plataforma incontornável de intervenção nacional na investigação e inovação nas TICE. Se é verdade que esse percurso ainda não atingiu velocidade de cruzeiro, está vivo e cremos que os travões que vieram com a pandemia já se esfumaram e agora precisa de atenção e investimento dos 3 institutos para levantar voo.

No Relatório Anual de Atividades os aspetos operacionais do ano são tratados de forma mais fina, esmiuçando a nossa Agenda Tecnológica e de Inovação em curso e o significado da nossa intervenção na cadeia de inovação nacional e internacional. No atual mundo dos dados, da IA e de tudo à sua volta (aquisição, transmissão, armazenamento, proteção, visualização, ...), é um desafio construir e divulgar percursos técnico-científicos institucionais que cresçam a base de conhecimento instalada e mantenham vivas todas as chamadas necessárias para a atratividade do INOV ser suficientemente alta. Consideramos que nos temos posicionado bem, atentando nos resultados que vamos apresentando sucessivamente nas diversas vertentes, destacando as relações com a sociedade e especificamente com as empresas.

Identificámos, também no âmbito da candidatura CTI, um percurso de crescimento institucional que será um desafio nos próximos anos, mas que trará resultados tecnológicos, de mercado e organizacionais, internos e externos.

*[Handwritten signature]*

Há um tópico que continua a merecer destaque especial, e que por aqui permanecerá durante os próximos anos, acompanhando-nos na execução do PRR, do P2030 e do HEu. É a dificuldade em recrutar pessoas, em conseguir fazer chegar a nossa mensagem a técnicos e investigadores que se juntem ao nosso percurso. É um tema transversal nacional e europeu, mesmo mundial, e requer cada vez mais o uso de diversas técnicas de atração e retenção, o recurso ao engenho. A dificuldade está cá e a forma como a formos enfrentando e resolvendo determinará muito do nosso comportamento face aos desafios (e riscos) de execução de projetos nos próximos 3-4 anos. É que só com equipas fortes, coesas e preparadas podemos executar a avalanche de atividade que nos espera (e ainda bem) nos anos que aí vêm. E as equipas precisam de pessoas com diversos perfis e níveis de formação, com vontade de abraçar e resolver os desafios que se nos colocam, na atividade, na organização, nas relações institucionais. Estejamos conscientes que essas pessoas são finitas em número, que a competição por elas é agressiva, por vezes feroz e a espaços sem tréguas (Portugal é “exportador de pessoas qualificadas”!), pelo que devemos ter sempre e cada vez mais presente aquilo que nos caracteriza desde sempre nesta componente: procurar que todas

as nossas pessoas estejam em harmoniosa simbiose com a organização, gostando de estar connosco e de aqui crescer, contribuindo para o sucesso individual e coletivo, numa caminhada que mesmo que seja interrompida é importante manter e acarinhar, porque o percurso interrompido hoje pode ser transformado numa nova parceria daqui a uns tempos.

A todos os que contribuíram para que o INOV mantivesse o seu rumo em 2022 manifestamos o nosso apreço e reconhecimento: Associados, Clientes, Parceiros, Conselho Fiscal, Auditores Externos, destacando o contributo distintivo dos nossos inestimáveis Colaboradores, os verdadeiros responsáveis por nos conseguirmos manter na linha da frente da inovação.



**Fernando Moreira**

Presidente do Conselho de Administração



*Handwritten signature in blue ink.*



## VISÃO INSTITUCIONAL

---

*Handwritten signature or initials in blue ink.*

# INOV

---

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação é um instituto de I&D, associação privada sem fins lucrativos, tendo iniciado a sua atividade em 2001 enquanto infraestrutura tecnológica.

Pela sua capacidade tecnológica e de inovação, assume particular relevo para o INOV a consolidação do seu posicionamento como uma estrutura de interface entre as instituições de saber e as unidades económicas e sociais, balizando a sua atividade nas áreas estratégicas correspondentes às competências chave da organização:



*Handwritten signature or mark in blue ink at the bottom left of the page.*



O INOV faz parte do grupo INESC, grupo que foi fundado em 1980 e tem-se afirmado como um modelo de referência da relação Universidade-Empresa. Dentro do grupo INESC foi criado o INESC Brussels HUB que tem como objetivo afirmar o INESC como uma organização europeia de referência tanto pela sua excelência em investigação e inovação como pela sua capacidade de contribuir para a sociedade, a política e a economia.

O INOV faz ainda parte do INESC Lisboa, que nasce de uma iniciativa conjunta lançada em 2020 entre INESC-ID, INESC MN e INOV, três instituições privadas de investigação sem fins lucrativos nas áreas de informática, eletrónica e engenharia informática e engenharia física, com sede em Lisboa. A sua missão é facilitar sinergias de promoção da Investigação e inovação entre os institutos.



Handwritten signature or initials in blue ink.



### Visão

Liderar a inovação em TICE.



### Valores

Confiança: Mantemos relações baseadas em confiança, numa perspetiva de longo-prazo, com colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros.

Agilidade: Somos uma organização flexível, capaz de se adaptar forma dinâmica às relações entre a ciência, a tecnologia e o mercado.

Excelência: Orientamos a nossa capacidade de execução pela procura constante da excelência nos nossos projetos e nos resultados obtidos.

Cooperação: Estabelecemos relações de parceria orientadas para o desenvolvimento dos processos de inovação.



### Missão

Transformar conhecimento em tecnologia com valor na cadeia de inovação.

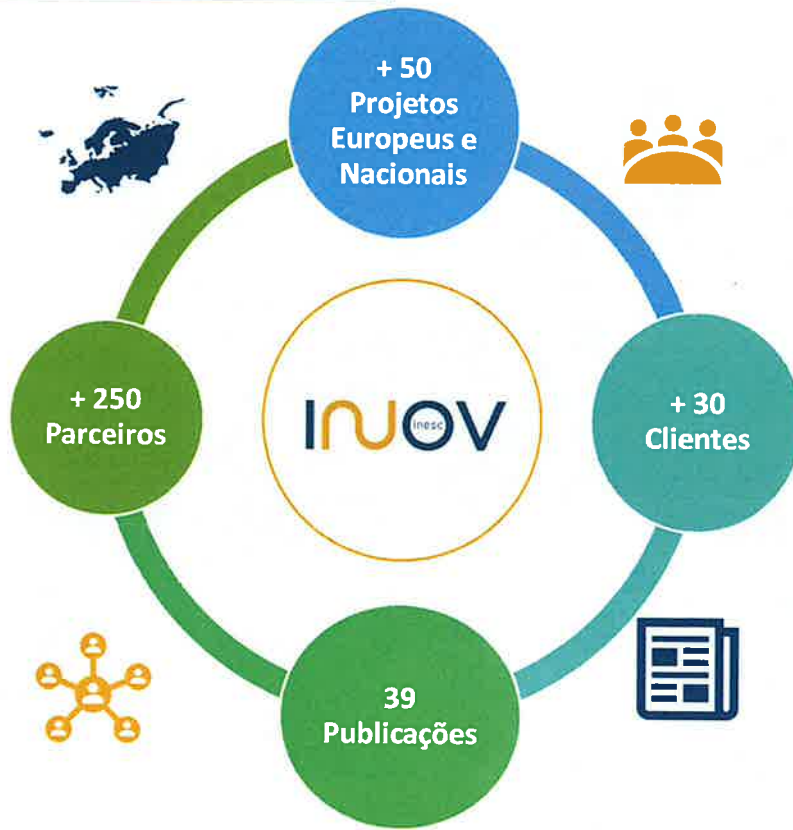
Handwritten notes in blue ink at the bottom left of the page.



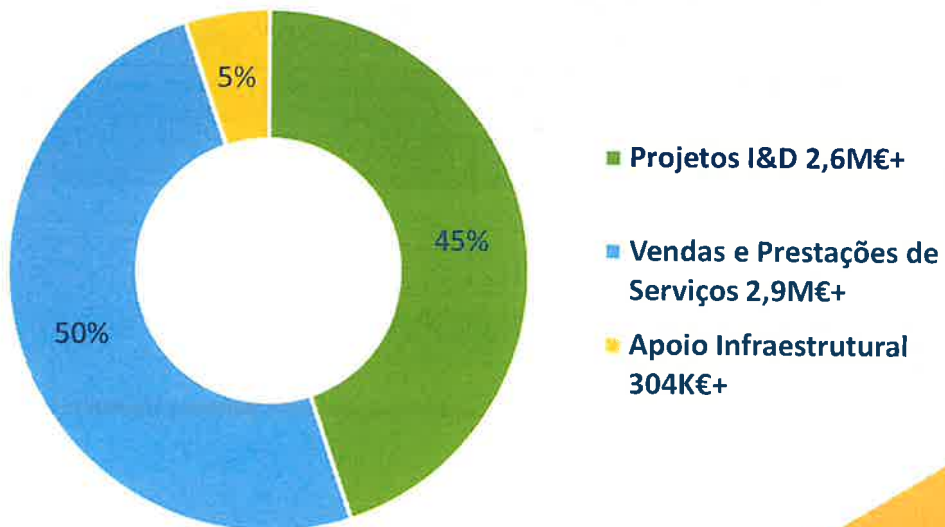
## INOV EM 2022

---

# Indicadores



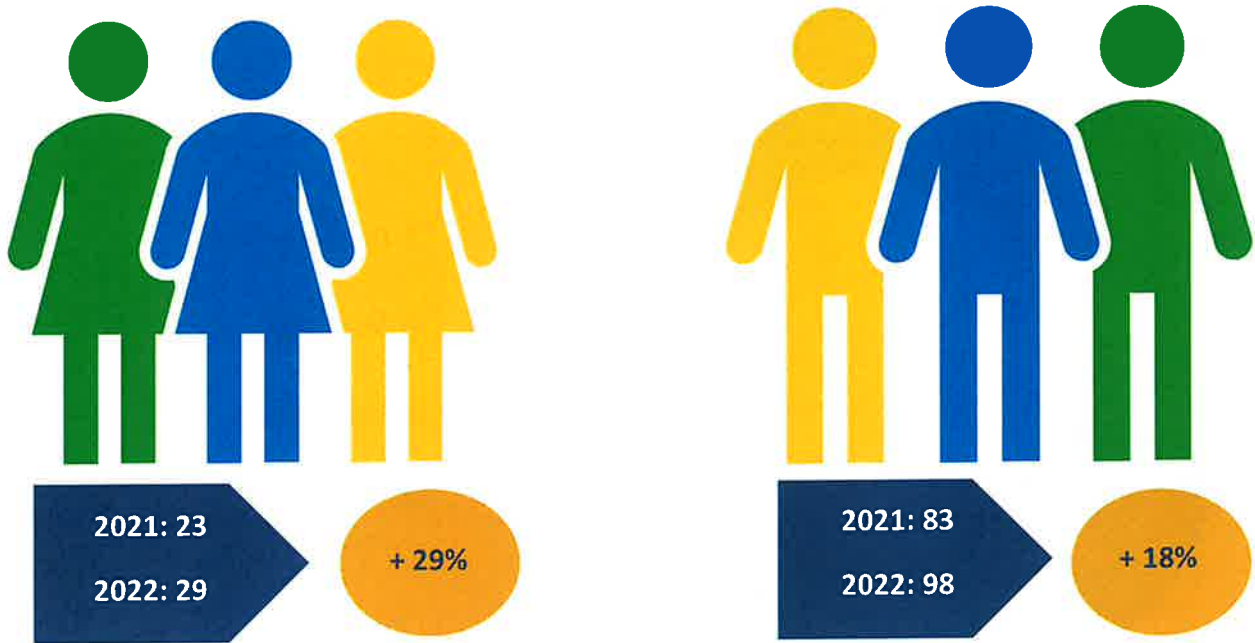
## Receitas



Handwritten note: *→ 11 de Jul → + 1.*

# Recursos Humanos

Ao longo de 2022 o INOV teve um crescimento significativo no número de colaboradores:

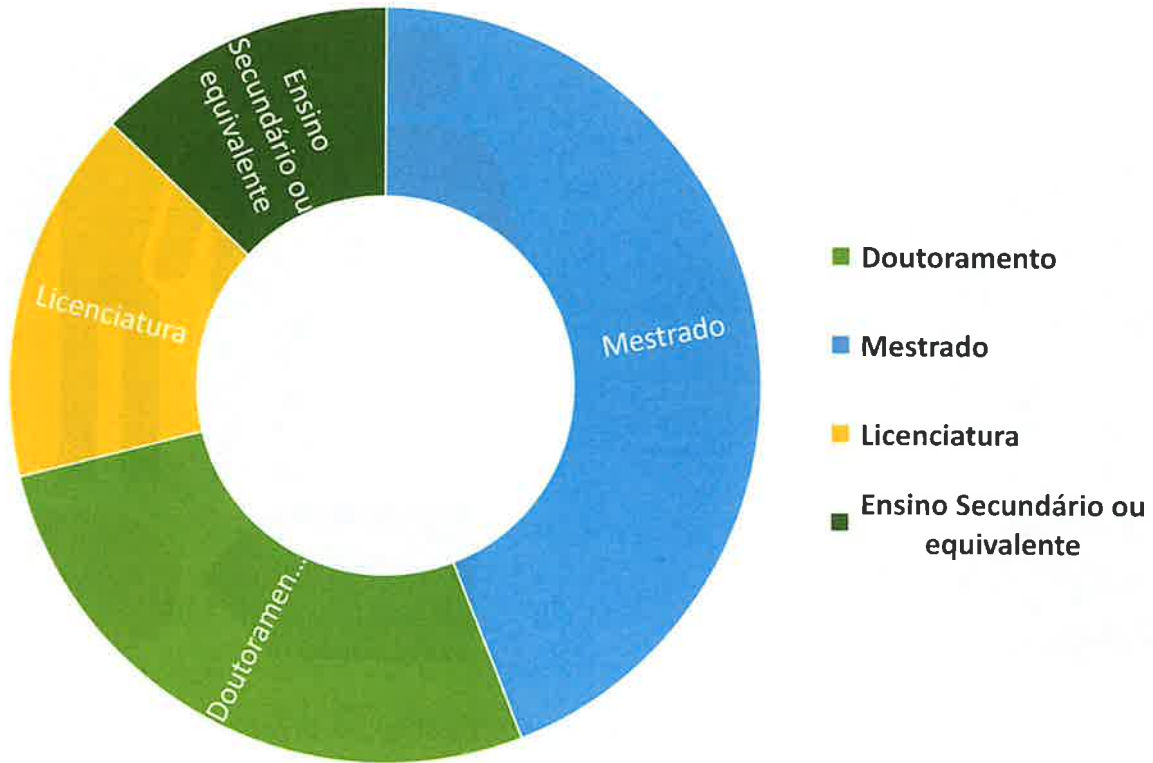


A 31 de Dezembro de 2022 verificou-se um crescimento positivo na organização, não só no número de colaboradores, como também no aumento de **55%** no número de bolseiros e de **12%** no número de Investigadores.



*Handwritten signature or scribble at the bottom left of the page.*

Ao longo de 2022, o INOV procurou promover o crescimento dos seus colaboradores através da aquisição de conhecimento, incluindo o incentivo a adquirir novos graus académicos, como o doutoramento e o mestrado. Tendo 87% da população do INOV um grau académico de ensino superior.



O INOV, tendo sempre em perspetiva a evolução profissional e académica dos seus colaboradores, para além do investimento em formação profissional, com *push* institucional e levantamento de necessidades, tem instituído um conjunto de instrumentos de valorização, que incluem o cofinanciamento de propinas de mestrado e de doutoramento.



*Handwritten signature or scribble in blue ink.*



# ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

---

$R \cdot n \cdot JMS \rightarrow / + /$

# Desempenho Económico e Financeiro

## Resultados

O INOV registou em 2022 um desempenho positivo, com melhoria dos principais indicadores económicos de atividade.

O volume total de Rendimentos operacionais atingiu 5 649 mil euros, o que representa um aumento de 8% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional antes de Depreciações, Juros e Impostos e o Resultado Líquido do Exercício totalizaram, respetivamente, 360 mil euros (mais 54% que em 2021) e 193 mil euros (mais 104% que em 2021):

*Valores em milhares de Euros*

Resultados	2022	2021	Δ %
Rendimentos Operacionais	5 649	5 252	8%
Gastos antes de Depreciações, Juros e Impostos	5 289	5 018	5%
<b>Resultados antes Depreciações, Juros e Impostos</b>	<b>360</b>	<b>234</b>	<b>54%</b>
Depreciações e Amortizações, Juros e Impostos	167	140	19%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>193</b>	<b>95</b>	<b>104%</b>

Nos Rendimentos Operacionais, verificou-se um crescimento em todos os segmentos de atividade face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

*Valores em milhares de Euros*

Rendimentos Operacionais	2022	2021	Δ %
Serviços prestados	2 951	2 792	6%
Projetos I&D co-financiados	2 651	2 419	10%
- Projetos Nacionais	856	697	23%
- Projetos Europeus	1 795	1 722	4%
<b>Total Serviços Prestados + Projetos I&amp;D</b>	<b>5 602</b>	<b>5 211</b>	<b>8%</b>
Outros rendimentos	47	41	15%
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>5 649</b>	<b>5 255</b>	<b>8%</b>

As Prestações de Serviços quase atingiram os 3 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 6% em relação a 2021, sobretudo devido à continuação dos projetos de implementação das soluções de vigilância de florestas no território nacional. O peso das Prestações de Serviços nos Rendimentos Totais, reduziu-se ligeiramente, de 53% em 2021, para 52% em 2022.

*Handwritten notes:* 7 x SMS → # a



Na componente de Projetos de I&D cofinanciados, o volume de rendimentos situou-se em 2,7 milhões de euros, tendo aumentado 10% face a 2021 (mais 232 mil euros), com as seguintes origens:

- Um aumento nos rendimentos provenientes de Projetos I&D Nacionais de 23% (mais 159 mil euros) face ao exercício anterior. Este valor integra, além dos projetos no âmbito do P2020, o apoio infraestrutural, com um valor registado no exercício de 55 mil euros, a que acrescem 249 mil euros a título de subsídios ao investimento registados no Balanço;
- Um aumento de 4% (mais 73 mil euros) em Projetos I&D Europeus. Apesar do aumento mais expressivo verificado nos Projetos Nacionais, a maior parte dos rendimentos nesta área continua a ter origem em Projetos Europeus, fruto dos bons resultados que o INOV alcançou nas candidaturas aos programas do H2020 em anos anteriores.

Os Gastos Totais ascenderam a 5 456 mil euros, sendo a seguinte a sua desagregação pelas principais rúbricas:

<i>Valores em milhares de Euros</i>			
<b>Gastos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ %</b>
Gastos com o pessoal	3 372	2 773	22%
Fornecimentos e serviços externos e Outros gastos	1 871	2 003	-7%
Perdas em dívidas a receber/Provisões	46	241	-81%
<b>Gastos Operacionais (excl. Amortizações, Juros e Impostos)</b>	<b>5 289</b>	<b>5 018</b>	<b>5%</b>
Gastos de depreciação e amortização	91	93	-2%
Gastos de financiamento (Juros)	3	3	-7%
Impostos	73	43	68%
<b>Gastos Totais</b>	<b>5 456</b>	<b>5 158</b>	<b>6%</b>

Os Gastos Operacionais aumentaram 5%, globalmente em linha com o crescimento da atividade verificado no exercício.

A principal componente é constituída pelos Gastos com Pessoal (3,3 milhões euros), cuja evolução (mais 22% face ao período homólogo), reflete o investimento que tem vindo a ser realizado de forma continuada no reforço e na retenção da estrutura de recursos humanos qualificados da instituição.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos verificou-se uma redução de 7%, motivada sobretudo por uma menor concentração neste ano das aquisições para a instalação das soluções de vigilância de florestas em curso.

*Handwritten signature and initials: JMS*

## Balanço

A estrutura do Balanço em 31 dezembro 2022, reflete uma situação financeira equilibrada:

Valores em milhares de Euros			
<b>BALANÇO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Δ %</b>
<b>Ativo</b>			
Ativos fixos	451	213	112%
Dívidas correntes a receber	3 543	2 616	35%
Outros ativos correntes	16	3	437%
Disponibilidades	4 849	3 712	31%
<b>Total do Ativo</b>	<b>8 860</b>	<b>6 543</b>	<b>35%</b>
<b>Passivo</b>			
Dívidas correntes a pagar	3 390	2 179	56%
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-
Diferimentos	4 199	3 454	22%
Outros passivos não correntes	87	45	95%
<b>Total do Passivo</b>	<b>7 676</b>	<b>5 677</b>	<b>35%</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>	<b>1 184</b>	<b>866</b>	<b>37%</b>
<b>Autonomia Financeira</b>	<b>13%</b>	<b>13%</b>	<b>0%</b>

O Ativo Total regista um acréscimo de 2,3 milhões euros em 2022 face a 2021, decorrente sobretudo dos aumentos nas rubricas de Disponibilidades (mais 1 137 mil euros) e nas Dívidas a Receber (mais 927 mil euros).

O valor elevado das Disponibilidades está em parte relacionado com as verbas de adiantamento recebidas no âmbito da execução de projetos, com contrapartidas no Passivo na rubrica de Diferimentos.

As Dívidas Correntes a Receber integram os saldos de clientes, e das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos cofinanciados de, respetivamente, 1 267 mil euros e de 2 276 mil euros, estando diretamente relacionadas com o ciclo normal das operações e com o aumento de atividade. A situação de tesouraria manteve-se positiva, sem qualquer passivo bancário, permitindo à instituição a estabilidade e capacidade financeira necessárias para fazer face às necessidades de financiamento dos diversos projetos.

O investimento atingiu 326 mil euros em termos de valores brutos, sobretudo na aquisição de equipamento para o laboratório de eletrónica, com reflexo no aumento do valor do Ativo Fixo em relação a 2021 (+112%).

O valor dos Fundos Patrimoniais cresceu em cerca de 37%, em consequência sobretudo do impacto do valor do Resultado Líquido alcançado no exercício e da contabilização de subsídios ao investimento.

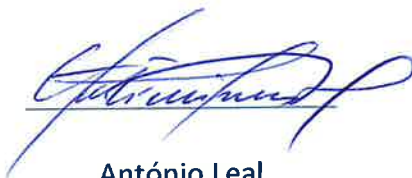
A BUS → + g.

O conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento a todas as entidades, organizações e pessoas que nos acompanharam e connosco cooperaram.

Lisboa, 04 de abril de 2023.



Fernando Moreira



António Leal



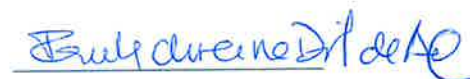
José Pimentel



Nelson Escravana



Elisabete Carreira



Paula Dias



Luís Miguel Silveira



## Proposta de Aplicação de Resultados

---

Tendo em conta o saldo de prejuízos acumulados de anos anteriores, propõe-se que o Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 193 124 euros (cento e noventa e três mil cento e vinte e quatro euros) seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

*Handwritten signature or initials in blue ink.*

# Mapas das Demonstrações Financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2022	2021
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	436 601	201 825
Participações financeiras	7	-	-
Outros ativos financeiros	7	14 809	10 758
Total do ativo não corrente		451 410	212 583
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	1 267 135	1 281 408
Outros créditos a receber	9	2 276 356	1 334 711
Diferimentos	10	16 237	3 022
Caixa e depósitos bancários	4	4 848 903	3 711 501
Total do ativo corrente		8 408 631	6 330 642
Total do ativo		8 860 041	6 543 225
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	11	1 000 000	1 000 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	12	781 108	828 108
Reserva legal	13	3 081	3 081
Resultados transitados		(1 076 885)	(1 171 404)
Outras variações nos fundos patrimoniais	14	283 924	112 097
		991 228	771 882
Resultado líquido do exercício		193 124	94 519
Total dos fundos patrimoniais		1 184 352	866 401
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	16	11 196	11 971
Passivos por impostos diferidos	8	75 478	32 545
Total do passivo não corrente		86 674	44 516
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	17	273 583	195 134
Estado e outros entes públicos	18	264 253	225 590
Outras dívidas a pagar	17	2 852 295	1 757 919
Diferimentos	10	4 198 884	3 453 665
Total do passivo corrente		7 589 015	5 632 308
Total do passivo		7 675 689	5 676 824
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 860 041	6 543 225

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*José Paulo Rocha*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Paulo Gomes*  
*Tamborini*  
*esvini*  
*José Miguel Silveira*  
*António*  
*Isabel Almeida*  
*...*

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Vendas e serviços prestados	21	2 951 468	2 792 283
Subsídios à exploração	22	2 650 951	2 419 045
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 837 338)	(1 976 977)
Gastos com o pessoal	24	(3 372 114)	(2 773 368)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	(47 256)	(242 321)
Provisões ((aumentos) / reduções)	16	775	1 285
Outros rendimentos	25	46 988	40 796
Outros gastos	26	(33 548)	(26 413)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		359 926	234 330
Gastos de depreciação e de amortização	29	(91 239)	(93 486)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		268 687	140 844
Juros e rendimentos similares obtidos		289	33
Juros e gastos similares suportados	27	(3 068)	(3 031)
Resultado antes de impostos		265 908	137 846
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(72 784)	(43 327)
Resultado líquido do exercício		193 124	94 519
Resultado por unidade de participação	30	0,97	0,47

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Francisco Loureiro*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Tembe*  
*revisão*  
*José Miguel Pereira*  
*Paulo Cleve...*  
*Nelson Brito*

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos		Outros instrumentos dos fundos patrimoniais		Reserva legal	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
	2022	2021	2022	2021					
Saldo em 1 de janeiro de 2021	1 000 000	-	828 108	-	3 081	(1 233 639)	103 971	62 235	763 756
Operações com detentores de fundos no exercício:									
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020						62 235		(62 235)	
Alterações no exercício:									
Subsídios ao investimento							10 486		10 486
Impostos diferidos							(2 360)		(2 360)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021								94 519	94 519
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 000 000	-	828 108	-	3 081	(1 171 404)	112 097	94 519	866 401
Operações com detentores de fundos no exercício:									
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021						94 519		(94 519)	
Restituição de prestações acessórias									(47 000)
Alterações no exercício:									
Subsídios ao investimento							214 760		214 760
Impostos diferidos							(42 933)		(42 933)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022								193 124	193 124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 000 000	-	781 108	-	3 081	(1 076 885)	283 924	193 124	1 184 352

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Francisco António Silva*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Fernando*  
*Luís Miguel Silveira*  
*António*  
*Paulo Duarte de Azevedo*



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		2 978 485	2 120 219
Recebimentos de subsídios à exploração		3 064 647	2 816 727
Pagamentos a fornecedores		(1 704 106)	(2 147 988)
Pagamentos ao pessoal		(2 957 150)	(2 475 005)
Fluxos gerados pelas operações		1 381 876	313 953
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(43 328)	(35 266)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(74 725)	97 791
Fluxos das atividades operacionais [1]		1 263 823	376 478
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(326 015)	(59 128)
		(326 015)	(59 128)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		289	33
Subsídios investimento	14	249 373	43 297
		249 662	43 330
Fluxos das atividades de investimento [2]		(76 353)	(15 798)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações acessórias	12	(47 000)	-
Juros e gastos similares		(3 068)	(3 032)
		(50 068)	(3 032)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(50 068)	(3 032)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		1 137 402	357 648
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	3 711 501	3 353 853
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	4 848 903	3 711 501

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Janic Sauter*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Fernando*  
*resvini*  
*Luis Fagundes*  
*António*  
*Fulgencio*  
*Melania*

# Anexos às demonstrações financeiras

INOV – INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES INOVAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação ("Instituto" ou "INOV") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em 28 de julho de 2000 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 95% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC") e em 5% pelo INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("INESC ID"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estes dois associados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

*[Handwritten signature]*

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir esse risco.

#### Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

#### Subsídios à exploração:

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo ("Diferimentos") os adiantamentos e no ativo ("Outros créditos a receber") os montantes a receber.

### 3.8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente nos fundos patrimoniais. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados nos fundos patrimoniais.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Instituto tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Instituto tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente dos serviços prestados é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelas vendas e pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

### 3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

#### Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

#### Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados

à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

**3.12. Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

**3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber e ativos não correntes:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

**3.14. Classificações de balanço**

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expeáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	2.748.903	811.501
Depósitos a prazo	2.100.000	2.900.000
Caixa e depósitos bancários	<u>4.848.903</u>	<u>3.711.501</u>

Os depósitos a prazo, apesar de vencimento superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2022					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
<u>Ativo bruto:</u>						
Saldo inicial	1.297.834	203.499	100.619	722.886	-	2.324.838
Aquisições	91.899	94.351	784	-	138.980	326.014
Saldo final	<u>1.389.733</u>	<u>297.850</u>	<u>101.403</u>	<u>722.886</u>	<u>138.980</u>	<u>2.650.852</u>
<u>Depreciações acumuladas:</u>						
Saldo inicial	1.130.113	171.003	99.011	722.886	-	2.123.013
Depreciações do exercício (Nota 29)	60.000	29.428	1.811	-	-	91.239
Saldo final	<u>1.190.113</u>	<u>200.431</u>	<u>100.822</u>	<u>722.886</u>	<u>-</u>	<u>2.214.252</u>
<u>Ativo líquido</u>	<u>199.620</u>	<u>97.419</u>	<u>581</u>	<u>-</u>	<u>138.980</u>	<u>436.601</u>

*Handwritten signature and date: 27/12/2022*



	2021					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	1.238.705	203.499	100.619	722.886	-	2.265.710
Aquisições	59.128	-	-	-	-	59.128
Saldo final	<u>1.297.834</u>	<u>203.499</u>	<u>100.619</u>	<u>722.886</u>	<u>-</u>	<u>2.324.838</u>
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	1.065.089	143.474	98.078	722.886	-	2.029.527
Depreciações do exercício (Nota 29)	65.024	27.529	933	-	-	93.486
Saldo final	<u>1.130.113</u>	<u>171.003</u>	<u>99.011</u>	<u>722.886</u>	<u>-</u>	<u>2.123.013</u>
Ativo líquido	<u>167.721</u>	<u>32.496</u>	<u>1.608</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>201.825</u>

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamento informático e eletrónico, no âmbito dos diversos projetos que o Instituto atualmente executa.

## 7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto detinha a seguinte participação financeira:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Petsys, Medical PET Imaging Systems, S.A. ("Petsys")	6,08%	25.230	(25.230)	-
		<u>25.230</u>	<u>(25.230)</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. O valor do investimento financeiro detido sobre a Petsys encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram movimentos nas rubricas de "Participações financeiras".

### Outros ativos financeiros

#### Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT, são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava um saldo de 14.809 Euros e de 10.758 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. A Empresa, como associação sem fins lucrativos e que não exerce a título principal uma atividade comercial, não está sujeito a Derrama, daí a taxa de imposto calculada ser de 21%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada, ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Período de revisão:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções, resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi apurado como segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	265.908	137.846
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	55.841	28.948
Ajustamentos à coleta (i)	16.943	14.379
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 18)	<u>72.784</u>	<u>43.327</u>

- (i) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas de representação, ajudas de custo e das despesas com viaturas.

Impostos diferidos:

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respeitam às diferenças temporárias geradas com o registo dos subsídios ao investimento que, de acordo com a NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo, são registados em fundos patrimoniais (Nota 14).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 de 2021, foi o seguinte:

	Subsídios ao investimento
Saldo em 1 de janeiro de 2021	30.185
Constituição (Nota 14)	2.360
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.545
Constituição (Nota 14)	42.933
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.478

**9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<b>Cientes:</b>			
Cientes gerais	1.481.271	(462.455)	1.018.816
Cientes - partes relacionadas (Nota 28)	248.319	-	248.319
	<u>1.729.590</u>	<u>(462.455)</u>	<u>1.267.135</u>
<b>Outros créditos a receber:</b>			
Subsídios à exploração	2.918.513	(713.000)	2.205.513
Outros	70.843	-	70.843
	<u>2.989.356</u>	<u>(713.000)</u>	<u>2.276.356</u>
	<u>4.718.946</u>	<u>(1.175.455)</u>	<u>3.543.491</u>
<b>2021</b>			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<b>Cientes:</b>			
Cientes gerais	1.878.632	(730.373)	1.148.259
Cientes - partes relacionadas (Nota 28)	133.149	-	133.149
	<u>2.011.781</u>	<u>(730.373)</u>	<u>1.281.408</u>
<b>Outros créditos a receber:</b>			
Subsídios à exploração	1.979.758	(653.000)	1.326.758
Adiantamentos a fornecedores	42	-	42
Outros	7.911	-	7.911
	<u>1.987.711</u>	<u>(653.000)</u>	<u>1.334.711</u>
	<u>3.999.492</u>	<u>(1.383.373)</u>	<u>2.616.119</u>

Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

Descrição	2022				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Utilizações	
Clientes	730.373	-	(12.744)	(255.174)	462.455
Outras contas a receber	653.000	60.000	-	-	713.000
	<u>1.383.373</u>	<u>60.000</u>	<u>(12.744)</u>	<u>(255.174)</u>	<u>1.175.455</u>

Descrição	2021		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Clientes	568.052	162.321	730.373
Outras contas a receber	573.000	80.000	653.000
	<u>1.141.052</u>	<u>242.321</u>	<u>1.383.373</u>

#### 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
<b>Ativo:</b>		
Diversos	<u>16.237</u>	<u>3.022</u>
<b>Passivo:</b>		
Subsídios à exploração (Nota 3.7)	3.111.005	2.693.443
Prestação de serviços (a)	<u>1.087.879</u>	<u>760.222</u>
	<u>4.198.884</u>	<u>3.453.665</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui faturação efetuada a clientes, no âmbito do projeto CICLOPE, cujos trabalhos ainda não estavam totalmente terminados à data de fim do exercício.

#### 11. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 200.000 unidades de participação com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos eram detidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
INESC	95%	950.000
INESC ID	5%	50.000
	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>

#### 12. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias concedidas pelo INESC, em dinheiro. O Instituto tem por referência o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral a restituição de prestações acessórias no montante de 47.000 Euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram movimentos na rubrica "Outros instrumentos dos fundos patrimoniais".

### 13. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do fundo. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

### 14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	<u>Outras variações nos fundos patrimoniais</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2021	103.971
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(32.811)
Subsídios obtidos	43.297
Imposto diferido (Nota 8)	(2.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>112.097</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 25)	(34.613)
Subsídios obtidos	249.373
Imposto diferido (Nota 8)	(42.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>283.924</u></u>

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

### 15. APLICAÇÃO DO RESULTADO

#### Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 20 de abril de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 94.519 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

#### Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 15 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 62.235 Euros, foi integralmente transferido para Resultados transitados.

### 16. PROVISÕES

A provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 diz respeito a encargos estimados com compensações por caducidade a vários colaboradores do Instituto.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Aus" and other illegible marks.*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento das provisões foi conforme segue:

	Provisões
Saldo em 1 de janeiro de 2021	13.256
Reforço	(1.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.971
Reforço	(775)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.196

#### 17. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores, conta corrente:		
Gerais	162.450	95.736
Partes relacionadas (Nota 28)	27.685	86.242
Fornecedores de investimento	83.448	13.156
	<u>273.583</u>	<u>195.134</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.082.746	673.252
Outros acréscimos	338.509	288.278
	<u>1.421.255</u>	<u>961.530</u>
Parceiros	1.407.037	786.371
Outras dívidas a pagar	24.003	10.018
	<u>2.852.295</u>	<u>1.757.919</u>
	<u>3.125.878</u>	<u>1.953.053</u>

As remunerações a liquidar em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluem, essencialmente, as estimativas de gastos com férias, subsídios de férias e prémios a liquidar.

Os outros acréscimos de gastos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeitam à estimativa de gastos com prestações de serviços efetuados por terceiros no âmbito das atividades do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros acréscimos de gastos incluem os montantes de 85.486 Euros e 46.640 Euros, respetivamente relativo a acréscimos de gastos com partes relacionadas (Nota 28).

O montante de outras dívidas a pagar relativas a "Parceiros" é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

#### 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
	Passivo	Passivo
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 8)	72.784	43.327
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	51.894	31.055
Contribuições para a Segurança Social	64.770	47.023
Imposto sobre o Valor Acrescentado	74.218	103.702
Outros impostos	587	483
	<u>264.253</u>	<u>225.590</u>

19. LOCAÇÕES

O Instituto é parte em diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços pelo INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamento básico e de transporte, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 191.000 Euros em cada exercício.

Adicionalmente, o Instituto tem um contrato de arrendamento relativo às suas instalações por prazo indefinido, estimando-se que o valor das rendas corresponda a montante de, aproximadamente, 156.000 Euros por ano.

20. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto tinha um montante de garantias bancárias prestadas no montante de 135.097 Euros e 152.595 Euros, respetivamente. Estas garantias destinavam-se a garantir o bom cumprimento das obrigações assumidas pelo Instituto em contratos de fornecimento de serviços de telecomunicações e energia, e em contratos com clientes referentes à execução de instalações do sistema Ciclope adjudicadas ao Instituto.

21. RÉDITO

A rubrica “Vendas e serviços prestados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados	<u>2.951.468</u>	<u>2.792.283</u>

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam maioritariamente a prestação de serviços de apoio efetuadas pelo Instituto a terceiros no âmbito de projetos diversos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram prestados serviços a partes relacionadas nos montantes de 162.256 Euros e 156.856 Euros, respetivamente (Nota 28).

22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Subsídios à exploração”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Projetos nacionais	855.556	696.870
Projetos europeus	<u>1.795.395</u>	<u>1.722.175</u>
	<u>2.650.951</u>	<u>2.419.045</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, considerando as perdas de imparidade registadas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Componentes	828.571	1.184.672
Trabalhos especializados	271.217	174.702
Rendas e alugueres	259.992	215.341
Deslocações e estadas	210.829	96.068
Honorários	52.748	38.111
Ferramentas e utensílios	51.463	85.944
Energia e fluidos	26.465	21.368
Despesas de logística	26.318	31.642
Comunicação	20.551	18.045
Seguros	10.225	31.980
Outros	78.959	79.104
	<u>1.837.338</u>	<u>1.976.977</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 266.660 Euros e 256.942 Euros, respetivamente (Nota 28).

A variação da rubrica de "Componentes" está relacionada com a variação dos serviços prestados, nomeadamente nos serviços do projeto Ciclope.

#### 24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações	2.637.020	2.087.628
Bolsas	142.482	141.823
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	437.389	400.002
Refeições	107.866	101.071
Seguros	43.017	34.504
Indemnizações ao pessoal	780	1.400
Outros	3.560	6.940
	<u>3.372.114</u>	<u>2.773.368</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 100 e 96 empregados, respetivamente.

#### 25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Subsídios ao investimento (Nota 14)	34.613	32.811
Outros	12.375	7.985
	<u>46.988</u>	<u>40.796</u>

#### 26. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

*[Handwritten signature]*



	2022	2021
Quotizações	13.504	13.105
Impostos	1.884	1.664
Outros	18.160	11.644
	<u>33.548</u>	<u>26.413</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas no montante de 5.879 Euros e 3.794 Euros, respetivamente (Nota 28).

## 27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Os juros e gastos similares suportados, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Outros	3.068	3.031
	<u>3.068</u>	<u>3.031</u>

## 28. PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2022		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	19.441	1.110	234.055
INESC ID	97.382	-	2.426
INESC MN	40.153	-	-
IST	5.280	4.769	4.769
INESCTEC	-	-	25.410
	<u>162.256</u>	<u>5.879</u>	<u>266.660</u>
	2021		
	Serviços prestados (Nota 21)	Outros gastos (Nota 26)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)
INESC	55.250	-	192.626
INESC ID	48.150	-	-
INESC MN	48.236	-	-
IST	5.220	3.794	42.000
INESCTEC	-	-	22.317
	<u>156.856</u>	<u>3.794</u>	<u>256.942</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços e cedências de recursos humanos e gastos administrativos.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2022		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	15.332	26.424	-
INESC ID	88.603	-	-
INESC MN	143.843	-	-
INESCTEC	-	-	32.846
IST	541	1.261	52.640
	<u>248.319</u>	<u>27.685</u>	<u>85.486</u>

	2021		
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 17)
INESC	-	50.803	-
INESC ID	28.696	-	-
INESC MN	103.917	-	-
INESCTEC	-	27.449	-
IST	535	7.990	46.640
	<u>133.149</u>	<u>86.242</u>	<u>46.640</u>

29. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	<u>91.239</u>	<u>93.486</u>

30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	193.124	94.519
Número de unidades de participação (Nota 11)	200.000	200.000
Resultado por unidade de participação básico	<u>0,97</u>	<u>0,47</u>

31. OUTROS PROJETOS

De acordo com os procedimentos estabelecidos nos programas de financiamento de projetos, apresenta-se a agregação de Gastos e Rendimentos do exercício por atividades:

Custos e Rendimentos por Atividades	Atividade não Económica	Atividade Económica	Total
Rendimentos Totais	2 691 660	2 958 810	5 650 470
Gastos Totais	3 023 165	2 434 181	5 457 346
Margem	-331 506	524 630	193 124

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2022 até esta data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Janie Paula Rocha*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Fernando  
Z. Vieira*

*António  
José Aguiar Silveira*

*Paulo Alexandre de Azevedo*

*Luís*

*Melania Brito*





# RELATÓRIOS DE AUDITORIA

---

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

**Aos Associados do**

**INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

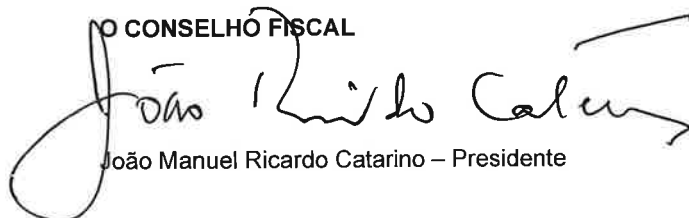
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases, com a qual concordamos.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Associados.

Lisboa, 13 de abril de 2023

O CONSELHO FISCAL



João Manuel Ricardo Catarino – Presidente



Soledade Maria Silva Duarte - Vogal

Victor Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

ROC registado na CMVM com o n.º 20160133



---

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º  
4100-113 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Certificação Legal das Contas

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação (“Instituto”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.860.041 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.184.352 euros incluindo um resultado líquido de 193.124 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INOV – Instituto de Engenharia e Computadores Inovação em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2023



---

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.  
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432  
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INOV – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Inovação (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.860.041 Euros e um total de fundos patrimoniais de 1.184.352 Euros, incluindo um resultado líquido de 193.124 Euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000  
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa  
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.





- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 13 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC  
Registo na OROC n.º 1602  
Registo na CMVM n.º 20161212

